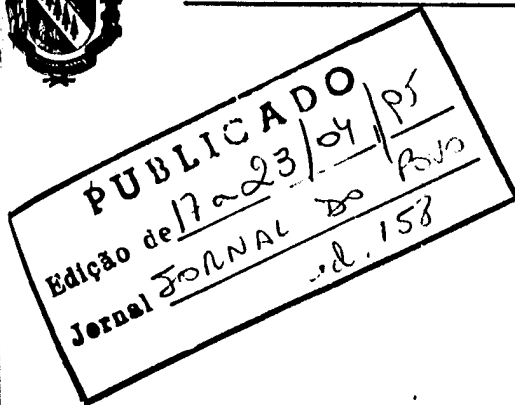




# PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 1016



SÚMULA: "Estabelece critérios para a fiscalização financeira e orçamentária do Município".

"O POVO DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ, ATRAVÉS DE SEUS REPRESENTANTES NA CÂMARA LEGISLATIVA, APROVOU, E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI":

ARTIGO 1º - A fiscalização financeira e Orçamentária do Município de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, sem prejuízo de outras formas que julgar conveniente o Chefe do Poder Executivo, se dará mediante:

- I - Envio, até 15 (quinze) dias úteis do mês subsequente, à Câmara Municipal, de Balancetes Financeiro e Orçamentário;
- II - Publicação, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, do relatório previsto no Artigo 165, § 3º, da Constituição Federal.

ARTIGO 2º - O Balancete Orçamentário de que trata o Inciso I, do Artigo anterior deverá conter, no mínimo, a situação da execução mensal dos orçamentos da receita e da despesa, classificada segundo os grupos de receitas e de despesas estabelecidos nos Artigos 11 e 13 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, agregada por:

- I - Órgãos;
- II - Unidade Orçamentária;
- III - Projeto/Atividade

Parágrafo Único - O Balancete Orçamentário deverá seguir os critérios metodológicos adotado nos Anexos 10 e 11 da Lei Federal 4.320, ou alterações que lhe for concedida e, constituir-se-á, no caso de despesa, de quadro comparativo discriminado, para cada um dos níveis de agregação referidos no "caput" e Incisos deste Artigo:

- a - o valor constante da Lei Orçamentária;
- b - o valor orçado, considerando-se a Lei Orçamentária anual e os Créditos Adicionais aprovados;
- c - o valor empenhado no mês;
- d - o valor empenhado no ano;
- e - a diferença entre o valor orçado e o empenhado no ano existente.

ARTIGO 3º - A publicação prevista no Inciso II do Artigo 1º desta Lei, constituir-se-á do Demonstrativo da execução Orçamentária



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**ESTADO DO PARANÁ**

ria e o Detalhamento dos principais gastos, previstos respectivamente nos Anexos I e II, desta Lei.

**§ 1º** - O detalhamento dos principais gastos relativos a Projetos de maior expressão implementados pelo Poder Público, dele devendo constar ao menos:

- I - obras ou respectivas parcelas executadas;
- II - aquisições de máquinas e equipamentos;
- III - diárias relativas a trabalhos fora da sede;
- IV - consultoria de qualquer espécie;
- V - publicidade e propaganda;
- VI - subvenções sociais.

**§ 2º** - Os Demonstrativos previstos no "caput" des

te Artigo deverão:

- I - ter a obtenção de cópia assegurada, independentemente de requerimento ou do pagamento de qualquer emolumento:
  - a - associações de Moradores;
  - b - sindicatos;
  - c - Conselhos Municipais e Populares;
  - d - Partidos Políticos;
  - e - entidades estudantis
- II - serem afixados, até 3 (três) dias de sua publicação:
  - a - escolas;
  - b - estabelecimentos bancários;
  - c - agências ou postos de Correios;
  - d - hospitais e unidade de saúde mantidos pelo Município ou pelo Estado;
  - e - Igrejas;
  - f - no átrio da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal.

**ARTIGO 4º** - O não cumprimento das disposições desta Lei implicará na responsabilidade dos culpados.

**ARTIGO 5º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO DAS ARAUCÁRIAS, EM TELÊMACO BORBA,  
ESTADO DO PARANÁ, 03 de abril de 1995.-**

  
**PAULO CEZAR NOCERA**  
Prefeito